

cadernos

IHU

ideias

Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD

Camila Moreno



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.



cadernos **IHU** ideias

**Reflexões estruturais sobre
o mecanismo de REDD**

Camila Moreno

ano 9 nº 146 2011 ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU ideias

Ano 9 – Nº 146 – 2011

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. MS Angélica Massuquetti – Unisinos – Mestre em Economia Rural

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Marcelo Leandro dos Santos

Revisão

Isaque Gomes Correa

Secretaria

Camila Padilha da Silva

Editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.ihu.unisinos.br

REFLEXÕES ESTRUTURAIS SOBRE O MECANISMO DE REDD

Camila Moreno

Apresentação

Em entrevista à revista *IHU On-Line*, Camila Moreno propõe um alerta à sociedade sobre o funcionamento do mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação – REDD. Segundo ela, tal mecanismo tem sido encarado, em geral, como uma solução satisfatória para o meio socioambiental em questão. No entanto, a partir de seu ponto de vista como pesquisadora associada do Núcleo Amigos da Terra/Brasil – NAT e, sobretudo, como cidadã, Camila Moreno argumenta que a finalidade buscada pelo empreendimento nem sempre atinge resultados positivos para todos os diferentes níveis de interesses envolvidos. Níveis estes que variam de populações locais a grandes empresas. Nessa perspectiva, os desafios atuais do mecanismo de REDD estão ligados à necessidade de uma mudança de mentalidade por parte de todos os envolvidos. Contudo, a entrevistada vislumbra um futuro quase apocalíptico, na medida em que percebe que poucos dos diretamente envolvidos na questão se deixam sensibilizar politicamente por uma saída que contradiga as pressões econômicas. De tal sorte, a sinalização principal da entrevistada é de que o tema desvia de sua motivação inicial – que mantinha em seu horizonte a realização de um projeto ecológico sustentável – para correr o risco iminente de se transformar em apenas mais um braço do aparelho destrutivo que é o sistema capitalista. Pois este último se edifica justamente às custas de um esvaziamento reflexivo a respeito de questões que deveriam ser de interesse vital para toda a sociedade.

***IHU On-Line* – É possível manter a floresta “de pé” usando o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD)?**

Camila Moreno – Fórmulas simplistas e reducionistas não são capazes, na prática, de dar conta da complexidade e das contradições da realidade. A carreira meteórica do REDD, até chegar ao lugar tão destacado quanto controverso que ocupa hoje na

agenda internacional, deve-se, em grande medida, à facilidade de vender a ideia simplista de que é possível reduzir uma questão política a uma fórmula econômica.

A eficácia do REDD em angariar fiéis rapidamente, além do sentido de “último cavalo encilhado” que está passando para salvar a floresta, reside no argumento de que é possível regular o comportamento da sociedade em direção a um fim almejado (no caso, evitar o desmatamento) por meio de mecanismos de mercado, promovendo incentivos “positivos”, pagamentos, e atribuindo valores monetários a bens socialmente desejados. Há um pressuposto nesta visão de que, para existir como um bem, algo tem que ter preço, e, *pragmaticamente*, para proteger e conservar este bem, e para forjar uma nova cultura (no caso, de valorização da floresta “em pé”), um novo comportamento tem de fazer “doer no bolso”.

Na prática, os que partilham desta visão acreditam que é possível fazer “engenharia social” através do mercado, além de pressupor que todos os cidadãos são, antes de tudo, consumidores. Além disso, como REDD está intrinsecamente ligado ao comércio de carbono, também se naturaliza como aceitável, sem nenhum questionamento ético, a compra (por quem pode) do direito de contaminar, da permissão de poluir que os créditos de carbono autorizam. Esta é a expressão de uma mentalidade que já esvaziou o sentido da política, ou que acaba de fazer esta tarefa reproduzindo o discurso da ineficácia da lei (do que é proibido, do que é crime) com a ladainha a respeito do fracasso das políticas públicas de “comando e controle” do Estado para governar sobre uma determinada questão que diz respeito aos bens comuns. As questões de interesse público ficam reduzidas a um cálculo econômico e utilitário dos indivíduos.

Embora se alegue que a REDD é um mecanismo para “manter a floresta em pé”, o que se vê na prática é a promoção de um reducionismo brutal, com vista da viabilização comercial do estoque de carbono contido nas florestas nos mercados de emissões. Com a expansão das atividades incluídas no âmbito do mecanismo no formato REDD+, vem se criando uma nova era de negócios, que autorizam a expandir para territórios – antes impensáveis – o manejo florestal sustentável e a recuperação de áreas degradadas por meio do “reflorestamento”. Isto é muito problemático quando a Convenção do Clima opera com uma definição de florestas que inclui as monoculturas de árvores e quando, na prática, a realidade do manejo florestal sustentável e da certificação florestal, sobretudo o selo FSC¹, vem sendo fortemente questionada pelas comunidades afetadas e por continuar

1 Sigla em inglês para *Forest Stewardship Council*. Em português: *Conselho de Manejo Florestal*.

certificando o incertificável: monoculturas de exóticas como eucaliptos, pinus, etc.

Com REDD, está se propondo um novo regime de acesso a atividades econômicas com a floresta em terras que, até então, não estavam no mercado. São em sua maioria terras públicas ou territórios de povos indígenas e que configuram hoje, não por acaso, a reserva de terras tropicais do planeta ainda não incorporadas à fronteira agrícola. REDD pode ser pensado como um “cavalos de Troia” para este novo regime, de acesso e apropriação.

Como as questões da terra e da reforma agrária são estruturais para pensar a política no Brasil, é fundamental que os grupos e as populações que estão sendo assediados para o projeto de REDD percebam como a promoção agressiva desta agenda dialoga, por exemplo, com a regulamentação fundiária na Amazônia – já que o título de propriedade da terra é condição para a segurança jurídica dos projetos deste tipo – e a quem interessa, assim como com a redução da área de reserva legal e a ampliação do limite de “desmatamento legal”.

***IHU On-Line* – Que princípios e critérios este mecanismo deve ter para que ele possa realmente funcionar?**

Camila Moreno – A iniciativa de um processo multissetorial para definir “princípios e critérios” socioambientais de REDD foi realizada aqui no Brasil, com apoio de movimentos sociais, ONGs e empresas, propondo-se um mínimo consensuado para os projetos.² Foi justificada como sendo uma medida reativa ao assédio em função da corrida atrás de projetos de REDD e como antecipação ao faroeste florestal, onde ávidos e inescrupulosos investidores (chamados também de *carbon cowboys*) abordam comunidades locais e povos indígenas. A iniciativa foi traduzida para várias línguas e lançada em Cancun, México, e parece que já há um movimento para reproduzir este processo em alguns países da África. Interessante notar que o governo brasileiro não apoiou a iniciativa; parece que por não querer ingerência em sua soberania e não aceitar certificação que não seja pública.

Como crítica, pode-se dizer que é uma iniciativa que já parte do princípio de que o futuro do REDD será associado fortemente ao mercado de carbono e que, por isso, o setor privado tem que se engajar em um acordo mínimo, porque os projetos vão passar mesmo é por canais privados, entre particulares (ao contrário de uma outra concepção, de um fundo público, integrado e coordenado com outras políticas públicas etc.).

Outra coisa é que este compromisso aos princípios e critérios não é legalmente vinculante e não é um instrumento que garante direitos. Então, na prática funciona como uma certificação

2 Princípios e Critérios Socioambientais de REDD+:
<<http://www.reddsocioambiental.org.br>>.

voluntária para REDD (cujo formato final ainda não foi definido no contexto das negociações da Convenção do Clima), mas que não se sobrepõe às certificações já existentes e reconhecidas para os créditos de carbono, que incluem itens de biodiversidade e benefícios para a comunidade.

Poderíamos problematizar esta proposta, fazendo uma analogia com as outras certificações existentes. – Aliás, existe uma farta literatura produzida por ONGs e com detalhados relatos sobre experiências concretas sobre o fracasso da aposta em grandes esquemas de certificação (para madeira, soja, óleo de palma, para citar alguns) e a descrença cada vez maior da sociedade civil crítica de que este seja um instrumento regulador de cadeias de commodities cada vez maiores e mais vorazes.

A questão é que, em um país com um histórico de violência no campo, conflitos por terra, desrespeito e violação de direitos dos povos indígenas, persistência do trabalho escravo etc., é fundamental, antes de tudo, garantir que a lei seja cumprida – e isto não vai depender das empresas e dos bancos interessados “concordarem” ou não. No Brasil, a violação dos direitos humanos no campo é estrutural e não está nem de longe resolvida. A demarcação e a homologação de terras indígenas também precisam ser completadas. O caso recente de Belo Monte demonstra como a lei vem sendo atropelada e como “mínimos” já aceitos pelo país internacionalmente, como o Convênio 169 da OIT a respeito do direito ao consentimento livre, prévio e informado (que inclui o direito de dizer “não”) vem sendo flagrantemente descumprido no Brasil. Na minha opinião, acho uma irresponsabilidade promover, neste contexto, a defesa deste documento tão frágil sobre “princípios e critérios” junto às populações como algo que lhes garanta efetivamente que a REDD não irá aprofundar os abusos existentes ou criar novos conflitos.

A redução das florestas ao seu valor (monetário) em carbono com fim de gerar créditos transacionáveis no mercado internacional impulsiona um processo de mercantilização e de especulação sobre estes territórios que contribui para tornar mais vulnerável e expor a violações (ou acirrar contextos já conflitivos) tudo aquilo que não tem valor monetário neste contexto. Por exemplo, o respeito aos direitos humanos, o consentimento livre, prévio e informado, a preservação da biodiversidade, o cumprimento da legislação trabalhista etc.

Estes “mínimos” precisam, então, ser objeto de salvaguardas, pois estes valores sociais e ambientais que estão além da métrica do carbono não contam nas decisões dos atores. Assim, para ‘proteger’ as populações e orientar os projetos, se definem porque são fatores que não entram no plano de negócios das empresas e não interessam no cômputo dos investidores que querem lucrar com a mercadoria carbono. Deste modo, esta iniciativa de salvaguardar é mais uma ação de “relações

públicas” e de construção de imagem. Por outro lado a realização de um processo de capacitação e de consulta pública, mesmo que mínimo e realizado de forma bastante discutível, direcionado e tendencioso, serve para validar o processo e conter as possíveis críticas.

As empresas querem associar a sua imagem corporativa a responsabilidade social. Há um “mercado de imagem” para isso, mas ele é muito pequeno para garantir que esta protocertificação venha a garantir ou salvar alguma coisa.

Por exemplo, se o interesse é compensar emissões, uma empresa pode comprar créditos referentes a um projeto de REDD que hipoteticamente esteja recuperando uma área degradada com o plantio de 100 mil hectares de monocultura de palma azeiteira, dendê, que pode sequestrar carbono e também fornecer o óleo vegetal mais barato disponível no mercado internacional com crescente demanda para agroenergia.

Esta hipótese não está excluída das condições até o momento aceitas internacionalmente para o REDD – já que um vício de origem deste mecanismo é que a definição de “floresta” utilizada na Convenção do Clima inclui monoculturas de árvore. Talvez as comunidades locais que vivam na área e que não tinham seu direito a terra garantido passem a ser integradas a este projeto de REDD. Na lógica do investidor, o que se quer é transformar o projeto no maior número de créditos de carbono possível sob o menor custo para negociar no mercado internacional. O investidor ou a empresa não tem nenhuma obrigação de recuperar a biodiversidade nativa, incluir respeitosamente as populações ribeirinhas ou locais, consultar populações ou povos indígenas potencialmente afetados por um projeto de REDD que, instalado em uma determinada área, acabe causando uma dinâmica que leve a que um desmatamento evitado ali “vaze” para uma área vizinha, afetando negativamente, pressionando outra área etc.

Organizações que já trabalhavam com o selo florestal FSC estão muito ativas tentando segurar o seu nicho na certificação para REDD, tendo o carbono como mais um produto da indústria florestal. É importante lembrar que há uma década o FSC era a grande promessa para deter o desmatamento e regular o comércio internacional de madeira tropical por meio das forças do mercado, assim como REDD é hoje, porém (com REDD) em uma escala muito maior.

Esta iniciativa de protocertificação para os princípios e critérios sem dúvida cria um mercado de trabalho e consultorias. Agora, há muito mais dinheiro envolvido. E até se verificar as falhas do mecanismo, sua potencial revisão ou reforma – ou até mesmo que não funciona de fato –, muito dinheiro irá circular e muitos “empregos verdes” serão criados para a nova função de “corretores ambientais”.

O histórico dos grandes esquemas de certificação internacional existentes mostra que não funcionaram até hoje. Pelo contrário, há uma farta produção de estudos de caso, relatórios e posições da sociedade civil que reiteram o descrédito e a falência da pretensão regulatória dos esquemas de certificação, como FSC, o qual segue certificando insustentáveis plantações de monoculturas de eucalipto como “florestas” certificadas; a Mesa Redonda de Soja Sustentável (RTSS, sigla em inglês), que recentemente incluiu os critérios da soja transgênica sustentável; a Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável, acusada de legitimar e maquiagem de verde o desmatamento massivo na Indonésia e mais recentemente o Mesa Redonda para Biocombustíveis Sustentáveis (RTSB, sigla em inglês). A ideia da certificação das grandes commodities do mercado internacional não dá conta, na prática, de questões fundamentais como a monocultura e a escala.

***IHU On-Line* – Como o REDD foi tratado na Convenção de Cancun?**

Camila Moreno – O REDD vem sendo alvo de duras críticas, rechaço e declarada oposição por parte de povos indígenas, movimentos sociais, organizações não governamentais e pesquisadores em todo o mundo. E este descrédito em relação ao mecanismo, sem dúvida, ficou bem claro durante a última Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP 17 da UNFCCC) realizada em Cancun, no México, em dezembro de 2010. Nos espaços da sociedade civil, o que foi visto foi uma rejeição, sem meias palavras e bem contundente ao mecanismo de REDD, e de suas versões REDD+ e ++, como “mais uma falsa solução”. Este entendimento amplia e reforça a rejeição à REDD que já havia saído da Conferência de Cochabamba, em abril.

Além disso, os movimentos sociais vêm elaborando a compreensão, identificando o REDD como um mecanismo que vai além do propósito de evitar o desmatamento, trazendo em seu bojo a viabilidade de aceder a novos direitos (direitos do carbono) e a uma nova dimensão do controle de terras e territórios pelo capital, configurando uma crescente ameaça aos direitos dos povos. Esta visão está expressa na declaração final das atividades de vários espaços da sociedade civil que foram realizados em Cancun (Foro Global por la Vida, la Justicia Ambiental y Social – Via Campesina³; Foro Internacional de Justicia Climática – Diálogo Climático-Espacio Mexicano⁴; e Klimaforum¹⁰⁵). Além

3 Declaração final da Via Campesina Internacional disponível em: <<http://acessa.me/a522>>.

4 Declaração final do Fórum de Justiça Climática disponível em: <<http://acessa.me/a523>>.

5 Disponível em: <<http://acessa.me/a525>>.

disso, o Foro Internacional de los Pueblos Indígenas sobre Cambio Climático (Caucus Indígena), com participantes representando povos indígenas da América Latina, América do Norte, Antártica, África e Ásia, declarou-se terminantemente contra o mecanismo de REDD ser financiado por mecanismos de mercado ou que os projetos sejam usados como compensação (offset) de carbono e sem o pleno respeito aos direitos dos povos, assim como sua participação na gestão das ações sobre as florestas, e não à criminalização de suas práticas tradicionais (como a agricultura de roça e queima com rotação de cultivos).⁶

Sobre a questão da visibilidade desta crítica nos espaços oficiais, já entramos no debate sobre a “participação” da sociedade civil no espaço de negociação em geral. Desde a grande mobilização e os protestos em Copenhague durante a COP 15 em 2009, o credenciamento e o acesso ao espaço físico é cada vez mais restrito, com limitação cada vez maior do número de participantes observadores da sociedade civil, episódios de abuso e suspensão indiscriminada do acesso, barrando e suspendendo delegados da sociedade civil formalmente acreditados e na restrição cada vez maior dos espaços onde o status de observador é admitido nas salas e sessões de negociação – a negociação internacional sobre o clima ocorre cada vez mais sob portas cerradas, tarde da noite, em hotéis de luxo com acesso restrito. Os lobbyists das empresas e as grandes ONGs corporativas em geral integram as delegações oficiais dos países, em especial dos países pobres e insulares que não têm orçamento para bancar sua participação no caro processo de viagens e reuniões, para seguir as negociações internacionais e acabam tendo sua delegação oficial patrocinada por ONGs, consultorias, fundações etc.

IHU On-Line – O REDD é visto como uma alternativa importante na luta contra o desmatamento. Esta medida pode ser considerada satisfatória?

Camila Moreno – É importante frisar que a crença de que REDD é uma “alternativa importante” *não* é consenso. Muito pelo contrário. Já falamos aqui do ceticismo e do rechaço ao mecanismo.

O que houve foi uma campanha de promoção massiva, mobilizada pela promessa de um volume gigantesco de dinheiro novo que poderia, através de REDD, fluir rapidamente para países pobres e detentores de florestas. A onda REDD tem muito a ver com o aceno de grandes volumes de dinheiro e com uma solução hegemônica, “tamanho único”, que desse conta de vários problemas. O mecanismo cada vez recebe mais superpoderes: promotor de benefícios climáticos, de cobenefícios de biodiver-

6 Declaração final do Caucus Indígena disponível em:
<<http://acessa.me/a526>>.

sidade, de redução de pobreza, de motor de desenvolvimento sustentável, etc. Isto não é real! Ainda mais quando a base de toda esta “revolução”, a lógica intrínseca do mecanismo, é a fé nos mercados como o grande poder organizador da vida social.⁷

Mas o fanatismo e o exagero em torno do REDD vêm recebendo mais e mais críticos, o que fica bem visível no atual ceticismo crescente com relação a este mecanismo, passado o grande embalo inicial, e apontam inclusive para o desgaste da ideia de REDD em campos conservadores. Um exemplo é relatório da União Internacional de Institutos de Pesquisa Florestal (IUFRO, sigla em inglês) lançado no final de janeiro (24 de janeiro) e produzido por 60 especialistas em ciência política, políticas públicas, direito e relações internacionais. O estudo intitulado *Abrangendo a Complexidade* (“Embracing Complexity”) faz uma avaliação global dos desafios da governança florestal internacional em face aos desafios que precisam ser enfrentados. O relatório é bem crítico de REDD, descrito como mais uma grande ideia que repete erros do passado. O lançamento do estudo também marca o início do Ano Internacional das Florestas da ONU. Os resultados do estudo apontam para a incapacidade, dos mecanismos propostos até o momento, de tratar do problema do desmatamento crescente em todo o mundo, apesar de alguns sucessos. REDD é criticado como um grande plano baseado em reduzir simplisticamente questões complexas, e que falha em reconhecer que as causas do desmatamento são motivadas por pressões econômicas externas à floresta.

O informe da IUFRO critica as políticas florestais impostas “de cima para baixo”, incluindo grande parte do debate sobre a criação de um mecanismo global de REDD, que foi recebido como uma panaceia, mas que repete muitos erros do passado. Para além de REDD, os atores argumentam em prol de uma mudança radical de abordagem (Forest +), que parta dos contextos locais e nacionais diferenciados (contra um esquema global para REDD) e que consigam engajar as “forças” que estão colocando o futuro das florestas em risco, como o setor da agropecuária, mineração e energia... aproveitando a mobilização de recursos que os mercados podem colocar à disposição. Ou seja, embora seja feita uma crítica ao REDD, por outro lado o futuro “além REDD” que os autores vislumbram é o do diálogo multisse-

7 Do ponto de vista do Brasil e de quem conhece minimamente a realidade amazônica, poderíamos argumentar também como que um intrincado sistema de mensuração, monitoramento e informe – que depende de sofisticada tecnologia e de conhecimento técnico – vai viabilizar uma rede de pagamentos em dinheiro às comunidades afastadas no meio da floresta... O sonho deve ser levar os caixas automáticos, cartões de saque e uma infinidade de pequenas mercadorias para todos os confins da Amazônia. Mas é esta a “solução” que as populações esperam para garantir seu modo de vida? O REDD pode de fato reverter os megaprojetos e a lógica extrativa que ameaçam toda a região e seus rios?

torial, não exclui mercados (de carbono ou pagamento por serviços ambientais), concessões florestais, etc. O informe também aponta que a política florestal internacional não pode se esquivar de enfrentar o impacto do consumo global, incluindo a crescente demanda por agrocombustíveis. O informe é também bastante crítico para com a ênfase de REDD até aqui de conservar e precificar o carbono florestal, o que vem motivando a competição por terras (*land grabs*) e a exclusão de povos e comunidades locais.

Isso mostra como a aposta em REDD – entendido como um mecanismo internacional criador de um novo regime global de governança e proteção para salvar as florestas – está longe de ser satisfatória e, como também expressam os movimentos sociais, REDD tampouco é para eles uma alternativa.

IHU On-Line – Como você vê a definição que diz que o REDD é um dos mecanismos que podem, em larga escala financeira, viabilizar a transição da lógica econômica em que se ganha derrubando para aquela em que se mantém a floresta em pé, com crescimento econômico?

Camila Moreno – A “larga escala financeira” que se anuncia para REDD é contando com a utilização do mecanismo para o comércio de carbono. Embora existam hoje fundos voluntários e públicos de REDD – como o Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES –, é inegável que o entendimento tanto da ONU quanto de várias organizações que estão promovendo o mecanismo é que ele será implementado em fases: primeiramente, fundos para projetos pilotos e de cunho demonstrativo de metodologia, etc., fundo para a regularização fundiária, elaboração de zoneamentos, recuperação e “legalização” de passivos, georreferenciamento, construção de capacidade para medir, informar e verificar, construção de base de dados, capacitação em sensoriamento remoto, etc. Em uma fase seguinte, os projetos combinariam recursos dos fundos com os do mercado voluntário à medida que os projetos de REDD forem amadurecendo, mostrando resultados e atraindo investidores, ao passo que consolidando o marco jurídico institucional em seus contextos nacionais. Por fim, o mecanismo estaria maduro para abastecer um mercado internacional compensatório (de ofsete) robusto e a demanda do voluntário.

Para pagar o custo de oportunidade a fim de manter a floresta em pé, por outro lado teria que haver uma demanda consistente (e crescente) de créditos de compensação (ofsete) e, logo, o incremento da atividade econômica, da poluição e das emissões, do crescimento, da urbanização, de demanda por energia, alimentos, etc. Mas, então, que transição para “outra lógica econômica” seria esta? Sinceramente, não vejo o REDD como um mecanismo que sirva para alterar a correlação de forças e beneficiar as populações locais e os povos indígenas e, ao

mesmo tempo, pagar o “custo de oportunidade” para que a Bertin, o grupo Amaggi, a Cargill, a Vale do Rio Doce, a Votorantin, a Eletrobrás, entre tantos atores históricos responsáveis pelo desmatamento e pela promoção de monoculturas, possam *mudar sua lógica econômica...*

O pano de fundo desta discussão segue sendo a ideologia desenvolvimentista, ou ainda, neodesenvolvimentista que orienta o imaginário do Brasil. O discurso do crescimento econômico como grande justificativa e fim em si mesmo é uma matriz de pensamento embotada e que não dialoga com o que vem acontecendo no planeta nas últimas décadas. Não vejo qualquer saída social ou ambiental de longo prazo que dialogue verdadeiramente com a sustentabilidade intergeracional, condicionado a este paradigma decrépito.

***IHU On-Line* – O (mecanismo de) REDD consegue abordar os verdadeiros motores do desmatamento?**

Camila Moreno – Não. A Amazônia está colocada hoje como a grande fronteira extrativa, mineral e energética do Brasil e da especulação internacional. O mecanismo de REDD e a ideia de pagar pelo custo de oportunidade evitado como incentivo positivo para modificar uma lógica econômica não têm realisticamente a menor chance de reverter os projetos devastadores que estão sendo implementados na região. Haja vista a contradição do BNDES, o maior financiador das grandes cadeias de commodities e obras responsáveis pelo desmatamento da região, ser ao mesmo tempo o gestor do Fundo Amazônia. As escalas de valores são absolutamente desproporcionais.

O fascínio em torno à panaceia de REDD e a sua facilidade em angariar adeptos e gestores de projetos são devidos, talvez, à promessa de um arranjo tecnocrático. A questão de fundo é que reduzir o desmatamento (e a pressão sobre os recursos naturais em geral) só é viável se a sociedade encarar o debate da redução da produção e do consumo, cujos atuais padrões são absolutamente insustentáveis e da redistribuição da riqueza e da reforma agrária. A simples transferência de renda é exatamente isso: transfere a “renda” e uma parte (ínfima) dos lucros, e uma riqueza que segue cada vez mais concentrada. Por exemplo, olhando para as pressões que estão atuando na Amazônia hoje, os interesses econômicos nacionais e estrangeiros que demandam expansão de fronteira agrícola (inclusive para o reflorestamento de monocultivos agroenergéticos como palma e eucalipto), bem como o papel dos megaprojetos e da infraestrutura que foi definido para a região e sua importância geopolítica. Acho hipocrisia defender que por meio de pagamentos regulares, como “incentivo positivo” para valorizar a floresta em pé e evitar o desmatamento, seja uma solução para *de facto* frear ou reverter as ações já em curso que ameaçam a Amazônia. As escalas do que

está se propondo como “remédio” para o desmatamento é absolutamente desproporcional às ameaças e são ordens de grandeza econômica incomparáveis.

A vigente ideologia neodesenvolvimentista é incompatível com a preservação da floresta. Por outro lado, há muitos projetos de REDD sendo desenvolvidos como políticas compensatórias (por exemplo, ao longo de BRs ou em arcos do desmatamento), mas que parecem muito mais efetivas em desmobilizar as ações de enfrentamento e conflito, ocupando os tempos de debate e as agendas e propondo arranjos paliativos em face ao “fato consumado” do desenvolvimento.

IHU On-Line – Como você analisa o planejamento feito em torno da distribuição dos benefícios do REDD?

Camila Moreno – Em primeiro lugar, não acho correto o uso da expressão “distribuição” ou mesmo “repartição de benefícios” como vêm sendo usado para falar de REDD. REDD é uma modalidade de pagamento por serviços ambientais (PSA) cuja regulamentação em âmbito nacional ainda está tramitando no congresso.⁸ A linguagem de “repartição de benefícios” é importada das discussões sobre conhecimento tradicional no âmbito da Convenção de Biodiversidade. Há um longo processo para um regime internacional de acesso e repartição de benefícios derivados do uso do conhecimento tradicional associado à sociobiodiversidade. Como indígenas e populações tradicionais já estão familiarizados com esta terminologia e com o debate, transpõe-se isso para o REDD. O que é um engodo, porque o mecanismo de REDD justamente não trata de biodiversidade e de conhecimento tradicional, mas foca na quantidade e no potencial de carbono. Além disso, REDD não é benefício, e os recursos gerados por meio do mercado de carbono vão ser do lucro, especulando e negociando com o direito de poluir.

Além disso, há uma iniciativa legislativa que avançou bastante para regulamentar o mecanismo de REDD⁹. Esta iniciativa, apesar de ter feito um processo mínimo de consultas públicas e reuniões de trabalho, não tem legitimidade, em minha opinião. Porque REDD é um mecanismo que está sendo discutido em um processo multilateral, na Convenção do Clima; é um mecanismo

8 PL 00792/2007 – Dispõe sobre a definição de serviços ambientais e dá outras providências. De caráter conclusivo, a proposta que deve finalizar o processo de aprovação nas comissões não precisa ir ao plenário; será encaminhada ao Senado, onde, se aprovada sem alterações, será transformada em lei.

9 PL 5586/2009 – Institui a redução certificada de emissões do desmatamento e da degradação – RCEDD e dá outras providências. Este deve ser arquivado, pois o deputado Lupércio Ramos (PMDB-AM) não foi reeleito e se ela não for aprovada também pelas outras duas comissões, até o final do ano, será arquivada. Poucos dias antes do recesso parlamentar começar, a probabilidade disso acontecer é quase certa.

proposto para criar um fluxo de recursos entre países e, como já foi dito, com vistas a uma expansão massiva do mercado de emissões e do comércio do carbono. (O PL de REDD acabou arquivado porque o deputado que o propôs não se reelegeu. Agora é ficar atento para ver se não ressuscita com a nova composição da câmara.)

Por isso, no Brasil alguns (poucos) atores entenderam que era melhor adiantar o trabalho e as perspectivas dos futuros negócios e já antecipar um arcabouço institucional. Consultores e algumas ONGs ambientalistas com atuação na Amazônia que são referência no cenário nacional participaram da elaboração do projeto. Este se antecipava tanto que, inclusive, previa uma complexa arquitetura tributária entre União e estados da Amazônia legal, um regime de titularidade diferenciado para os “direitos do carbono” dependendo se era particular, floresta pública, assentamento, terra indígena, etc. Esta iniciativa contou com apoio decisivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE). A SAE foi um tempo reduto do Mangabeira Unger e é preocupante que, em um espaço tão restrito, decida-se em grandes linhas o futuro da Amazônia.

Do que se viu até aqui, é patente o grande atrativo de REDD para uma legião de profissionais “atravessadores”: empreendedores de MRV (medir, reportar e verificar os estoques e os fluxos de carbono florestal), profissionais com habilidades de lidar com imagens satelitais, firmas de contabilidade, auditoria, certificadoras, engenheiros florestais, etc. Enfim, profissionais para uma produção muito distante (e com custo pelos seus serviços) das populações locais e povos indígenas, os quais, segundo alguns convictos defensores do mecanismo, deveriam ser os principais beneficiários. Sem dúvida, as comunidades e os povos indígenas são os mais legítimos beneficiários de recursos, cuja necessidade é indiscutível para uma série de projetos e políticas que são criados no papel e que não têm dotação orçamentária. Mas esta é uma questão pública, que não pode ficar à mercê dos mercados e do interesse de grandes grupos privados com interesses na Amazônia.

IHU On-Line – O mecanismo de REDD pode conseguir envolver todas as modalidades de carbono florestal, e, portanto, também remunerar a conservação e a reconstituição das florestas?

Camila Moreno – Aqui há uma discussão bem importante – filosófica, eu diria – que tem de ser feita antes de responder a esta pergunta e que vai muito além do escopo desta entrevista: a fetichização deste pretense mercado de carbono, da lógica da compensação e das equivalências infinitas que a especulação permite. Por exemplo, o carbono fóssil, do petróleo e do gás quando queimado e emitido na atmosfera não pode ser simples-

mente abatido, neutralizado, “tornado equivalente a zero” pela ação de “evitar” o desmatamento de uma determinada quantidade de biomassa ou pelo plantio de alguma árvore.

Esta pretensa equivalência da unidade de valor básica de todo o delírio do mercado de carbono é a tonelada de CO² equivalente: uma ficção de convertibilidade dos outros gases que são oficialmente reconhecidos como contribuidores para com o efeito estufa, mas que têm potenciais de aquecimento diferenciados. Uma quantidade de metano, por exemplo, é 20 e tantas vezes mais “daninha” para o clima que a mesma quantidade de CO². Mas é o carbono que tem preço hoje no mercado do “ar” e do comércio dos direitos de poluir.

Esta nova unidade de medida universal tem uma função na circulação das mercadorias e na criação de uma nova (mercadoria). Se pensarmos no histórico da universalização do sistema do mundo capitalista, a tonelada de CO² equivalente cumpre hoje uma função que já foi a da criação e imposição do sistema métrico, do metro e do quilô. Este é um debate que estou tratando em minha tese.

E o preocupante é como tudo isso vai se naturalizando e como “cientificamente” se fala em “carbono florestal”, que ainda entra em subdivisões de acordo com a quantidade de biomassa: troncos, folhas no chão, raízes profundas, copas e folhagens aéreas das árvores, etc.

Aceitando isso, também se fala hoje com a maior naturalidade – e sem questionamento ou estranhamento – em potencial de sequestro do carbono verde: florestas; do carbono marrom: solos; do carbono azul; mares e do preto: resíduos sólidos. E para cada um destes um potencial de negócios, mercados, preços, etc. É oportuno lembrar que as atividades reconhecidas como REDD+ incluem:

- ♦ *a conservação dos estoques de carbono florestal*, o desmatamento evitado, propriamente dito, em relação a uma linha de base de desmatamento (ou seja, quanto seria desmatado, caso REDD não existisse e o cenário sem um incentivo positivo que altere a lógica econômica);
- ♦ *o manejo florestal sustentável* (ou seja, a extração comercial de madeira previamente aprovada por um plano de manejo); e o
- ♦ *incremento dos estoques de carbono* (o adensamento e a recuperação de áreas degradadas com “reflorestamento”).

Uma ressalva importante: nas negociações oficiais sobre o clima na ONU a definição de “florestas” inclui plantações de monoculturas de árvores e, por isso, o lobby da indústria de celulose é especialmente ativo e interessado na promoção do mecanismo. Sendo assim, quando perguntas se é possível manter a “floresta” em pé por meio de REDD, pode-se perfeitamente pen-

sar no mecanismo de REDD para financiar e manter “de pé” milhões de hectares de monocultivo de palma azeiteira (dendê) para a produção de biodiesel. Isto é absolutamente inaceitável, desde um ponto de vista da biodiversidade. Apesar disso, o tema da liberação de milhões de hectares de terra desmatada e degradada pela pecuária como área de expansão da agroenergia sem precisar desmatar e contando com subsídios climáticos para a instalação das plantações é igualmente inaceitável. E a opção de recompor a floresta original em sua riquíssima biodiversidade, utilizando conhecimento tradicional? Qual seria o valor competitivo desta alternativa sob a lógica do mercado de carbono, que é a grande referência econômica para o mecanismo de REDD?

IHU On-Line – Que princípios e critérios este mecanismo deve ter para que ele possa realmente funcionar?

Camila Moreno – O mecanismo de REDD não existe nem pode ser vendido *in abstracto*, ao contrário do que fazem seus promotores com ascéticas apresentações de gráficos em Power-Point, cheias de “linhas de base” e distorcidas curvas de custo de oportunidade: qual é o preço pelo qual vale a pena monetariamente não desmatar a floresta?

Uma política integral de combate ao desmatamento e de promoção de programas para a viabilidade socioeconômica das populações e dos povos das florestas, só será efetiva se pensada e construída a partir dos distintos contextos locais, de acordo com as particularidades e como resultado e demanda de um processo de organização e mobilização social das populações. Os exemplos positivos e a experiência acumulada mostram que este processo só tem avançado no Brasil com a luta social, com enfrentamento da repressão da criminalização e da violência que marcam historicamente a questão da terra no país. A reforma agrária que se fez até aqui no país foi fruto da luta dos movimentos sociais. Qualquer política e ação para, de fato, garantir a floresta (o cerrado, a caatinga, o pantanal, etc.) depende de garantir integralmente o direito a terra e aos territórios dos povos indígenas, quilombolas, populações locais, seringueiros, ribeirinhos e camponeses, assim como o direito ao acesso e livre uso da biodiversidade por parte destas populações.

O que temos visto na realidade está bem longe disso. Pelo contrário, um atropelo, desrespeito e violação dos direitos destas populações e da submissão do ambiente aos ditames do desenvolvimentismo. O caso de Belo Monte é emblemático das verdadeiras prioridades nacionais para a região Amazônica e das contradições de um governo em que o poder público é o principal agente indutor e financiador – em especial, por meio do BNDES – das principais ameaças à floresta e aos seus povos.

IHU On-Line – As populações estão sendo informadas sobre e o que é e que ações o mecanismo de REDD vai empenhar?

Camila Moreno – Houve uma profusão de eventos e ações neste sentido (oficinas, capacitações, consultas, fóruns, publicações – inclusive cartilhas sobre mercado de carbono em língua indígena), especialmente ao longo de 2009 e 2010. Existem hoje muitos atores empenhados para que o processo avance, e eles estão colocando muitos recursos para isso. Parece que em tempos de vacas magras e de escassez de recursos, para REDD há muitíssimo dinheiro a ser investido em publicação, eventos, contratações e fundações, sobretudo provindo dos EUA. Um ator forte promovendo o mecanismo REDD vem sendo a USAID.

Por outro lado, pode-se fazer um paralelo e questionar: como as agendas se criam ou se mantêm, dependendo se há dinheiro ou se há financiamento para determinados temas em determinados momentos? Não vemos, nem de longe um aporte de recursos como há para o REDD tendo em vista uma infinidade de projetos, de alternativas e agendas de lutas já constituídas e que dialogam diretamente com as dinâmicas do desmatamento e do avanço da fronteira agrícola industrial sobre a Amazônia. Para isso não há recursos (como exemplo para a resistência às hidrelétricas, campanha contra os agrotóxicos e transgênicos, promoção de agroecologia).

Um objetivo que certamente foi alcançado foi pautar a agenda do REDD (que é uma pauta externa, trazida desde fora) no âmbito das organizações e nas agendas dos movimentos sociais e indígenas. Ao menos entre as lideranças, isto foi alcançado e serviu para legitimar a forma como o processo avançou no Brasil. Agora, outra coisa é perguntar como este processo foi ou está sendo democratizado na base, qual o real nível de capilarização, do debate crítico... Tenho uma opinião muito cética até aqui em função do que pude observar em várias ocasiões no contexto amazônico e em relatos de gente que está no campo. O tema de REDD já é muito complexo mesmo para um público urbano e familiar com as negociações climáticas, com a complicada arquitetura da inserção do carbono florestal em mercados de ofsete (compensações) e com a imbricada teia de atores e interesses que vem amarrando REDD. Quem está na floresta, defendendo seu modo de vida e resistindo contra os projetos de devastação, agora é colocado na linha de frente da “solução” e tem que entrar em toda esta lógica de negociação, de assinar projetos, de se comprometer, etc. – o que precisam é ter seus direitos garantidos e protegidos incondicionalmente e não aceitar barganhar sua sobrevivência com mesadas.

IHU On-Line – Como você vê a ameaça do governo equatoriano em abandonar o projeto de preservação da sua reserva petrolífera na Amazônia caso a comunidade internacional

não contribua com um fundo destinado à criação de fontes alternativas de energia?

Camila Moreno – Yasuní é uma utopia muito concreta. Caso a iniciativa do governo equatoriano de manter o petróleo no subsolo do parque Yasuní seja, de fato, derrotada e não receba a solidariedade e a corresponsabilidade internacional que merece – e esperamos que isso não aconteça –, este fracasso mostraria o quanto a comunidade internacional *não* está realmente comprometida a mudar de paradigmas, a assumir o caminho em direção à superação da economia petroleira e da civilização petrodependente. O Equador está na vanguarda internacional desta transição, conseguiu garantir os direitos da Natureza na sua Constituição de 2008, a mais “verde” e avançada do mundo neste sentido.¹⁰ É uma tarefa do povo equatoriano, mas também de toda a comunidade internacional dar vida a estes direitos. Garantir o apoio à iniciativa de não explorar o petróleo de Yasuní é assegurar estes direitos e a nova visão de mundo e de sociedade a que eles dão corpo.

Yasuní é um microcosmo muito emblemático. É um parque natural belíssimo com uma megabiodiversidade única e impressionante e com a particularidade de ser o território de povos indígenas, alguns vivendo em isolamento voluntário. Pude visitar Yasuní em 2007, ano em que foi lançada a ideia de manter o petróleo no subsolo e conhecer a região do entorno e o legado impressionante de décadas de exploração de petróleo pela Texaco. É absolutamente brutal e injustificável a contaminação de petróleo em qualquer lugar da Amazônia, é um crime contra a biodiversidade e todos os povos indígenas que compartilham um ecossistema tão imenso quanto frágil e interligado por suas águas. Não apenas em Yasuní, mas a exploração de petróleo em toda a Amazônia deveria ser objeto de uma moratória internacional imediata!

O Equador abre mão de explorar um recurso natural que poderia trazer divisas para um país que hoje depende e é refém economicamente da exploração do petróleo. O compromisso é gravado com cláusula de perpetuidade. Em troca, a comunidade internacional pagaria ao Equador 50% do valor da potencial extração e venda do petróleo e o valor seria investido em um fundo para projetos de geração de diversificação de matriz energética, programas ambientais e sociais; o Equador, por sua parte, abriria mão de ganhar os outros 50% que a venda do recurso iria gerar. É uma forma eficaz e direta de cortar emissões na fonte. Sem contaminação e sem a destruição de ecossistemas.

No Equador há uma luta contra a devastação ambiental e as violações de direitos humanos decorrentes da exploração petroleira na Amazônia que dura décadas. Este histórico levou co-

10 Disponível em: <<http://acessa.me/a53c>>.

munidades e povos indígenas do país ao feito inédito de ajuizar há 15 anos uma ação responsabilizando a empresa Texaco – hoje Chevron – por suas operações entre 1964 e 1990. Na Amazônia equatoriana, as chagas da destruição ambiental, as mortes por câncer, a água contaminada e a terra estéril ensinaram uma lição bem dura sobre a “compensação”: é uma questão incontornavelmente ética admitir que a vida de uns seja destruída e “compensada” por meio de créditos de carbono e da compra dos direitos de poluir e de seguir contaminando. Este é o debate que está aí para ser feito. Sem rodeios.

***IHU On-Line* – O que o possível bloqueio da Aliança Bolivariana da América (Alba) à abertura do mercado de carbono pode significar para o projeto REDD?**

Camila Moreno – É fundamental manter a postura crítica e afirmar princípios. A aposta hegemônica das negociações do clima é nos mercados de carbono e em um preço global para esta nova commodity. Não é uma questão menor: é uma questão estrutural à reprodução do capitalismo neste momento. A consolidação do(s) mercado(s) de carbono integra a arquitetura que o sistema precisa para sair da crise, mobilizar mais capital financeiro e se lançar em um novo movimento de especulação. Se a Aliança Bolivariana da América tem como projeto uma alternativa ao capitalismo, a oposição ao mercado de carbono é um ponto central.

É muito importante que não se permita naturalizar o comércio de carbono como algo que já é um fato consumado e que irá se consolidar cedo ou tarde. Existem instâncias nacionais que precisam ser criadas, e aí há espaço de mobilização, de educação popular (por que todo este debate é imensamente elitista) e de disputa de projeto. Não é uma luta ganha. Neste sentido, o governo da Bolívia vem fazendo heroicamente um papel fundamental, o de assumir o debate de ideias nos espaços multilaterais, fazendo o debate político, confrontando os consensos estabelecidos, e desafiando o dogmatismo das soluções tecnológicas e saídas de mercado que impera hoje nas negociações internacionais do clima. A Bolívia também enfrentou este debate sozinha na COP 10 da Convenção de Biodiversidade. E isto é importante lembrar.

O Estado Plurinacional da Bolívia assumiu esta responsabilidade e convocou movimentos sociais e organizações do mundo inteiro que acudiram em massa, mais de 35 mil participantes, à Conferência de los Pueblos Sobre Cambio Climático y los Derechos de La Madre Tierra, realizada em abril de 2010 em Cochabamba.¹¹ De Cochabamba saiu um documento muito

11 Disponível em: <<http://acessa.me/a53d>>.

importante, o Acuerdo de los Pueblos¹², democraticamente construído e consensuado e em oposição ao ilegítimo Acordo de Copenhague.

É grave que, por conta disso, a Bolívia seja demonizada ou estigmatizada como o país “do contra”, que emperra ou que trava as negociações por suas posições ideológicas. De forma alguma! Graças à atitude da Bolívia no espaço multilateral é que há alguma contestação da hegemonia do pragmatismo, o qual se impõe às custas do esvaziamento da política, e que vemos no plenário e nos debates oficiais vozes de rechaço às soluções que aprofundam a mercantilização dos bens comuns, enquanto propõem outras formas de pensar e de agir, como a defesa dos direitos da *madre tierra* etc.

12 <<http://acessa.me/a53f>>.

TEMAS DOS CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott.
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (ant)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva & Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud

- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Elida Azevedo Hennington & Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring
- N. 53 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 54 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 55 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Profa. Dra. An Vranckx
- N. 56 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 57 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívil* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 58 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 59 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Hendersson
- N. 60 *Globalização – mas como?* – Profa. Dra. Karen Gloy
- N. 61 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 62 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Profa. Dra. Regina Zilberman
- N. 63 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 64 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 65 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 66 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 67 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 68 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 69 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 70 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 71 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 72 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 73 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moisés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 75 *Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Profa. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Profa. Dra. Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton & Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Profa. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Profa. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Profa. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha

- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques & Débora D. Dell’Aglío
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral & Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet & Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira & Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke & Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstróem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge & Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock



Camila Moreno possui graduação em Filosofia pela UFRGS e em Direito pela PUCRS; é doutoranda em Sociologia no CPDA/UFRRJ e pesquisadora associada do Núcleo Amigos da Terra – NAT/Brasil; sítio: <www.natbrasil.org.br>.

Suas principais áreas de interesse e publicações estão relacionadas a movimentos camponeses e agronegócio, dimensões sociais e ambientais da biotecnologia/impactos da agricultura de transgênicos no Brasil e na América Latina, agrocombustíveis e REDD.

E-mail: <cc_moreno@yahoo.com>.